



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR
Hospital São João Batista
C.G.C. 29.063.294/0001-82
Rua: Nossa Sr.ª das Graças, n.º 235, São Geraldo - Tel.: (24)3348-4412
Fax: (24)3342-4030 Volta Redonda-R.J.
E-mail: sah@hsjb.org.br
www.hsjb.org.br

Ref. PA n.º 02.051-00003554/2024

PARECER JURÍDICO

Foram encaminhados estes autos para a análise e parecer desta Assessoria acerca da Impugnação promovida pelas empresas ASTATO ASSISTENCIA TECNICA LTDA., MEDICAL VENETUS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI – EPP e R. MIRANDA INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS.

As impugnantes lançaram seus inconformismos nas suas respectivas peças recursais, em face da decisão de habilitação da empresa BONFIM E ARRUDA LTDA., alegando, em síntese, discrepância quanto ao tipo do pregão Menor Preço Global por Lote; que a vencedora do certame não apresentara os documentos exigidos no edital, especialmente no tocante aos requisitos técnicos exigidos no instrumento de convocação e, por fim, no que concerne à inobservância do critério de localização. As duas primeiras impugnantes são uníssonas em afirmar que tais inconformidades ao edital afrontam os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, a Segurança Jurídica e deixa o processo licitatório à mercê de fraudes e abusos. Pedem, em corolário disso, a desclassificação da empresa BONFIM E ARRUDA LTDA.

A impugnada, por seu turno, em suas contrarrazões, alega que todos os documentos questionados foram anexados no SICAF, de acordo com o edital, esclarecendo que houve informação pelo Sistema COMPRASNET, na data de 10/02/2025, às 09 horas, de errata no item do critério de localização, cancelando esta exigência, solicitando, ao final, seja mantida a sua classificação.

É o relatório.

Passo a deliberar.

As impugnações da ASTATO e da MEDICAL guardam relação entre si, ambas apontando o descumprimento do edital por parte da recorrida quanto às exigências documentais. A terceira impugnante, por sua vez, indica a inobservância quanto ao critério de localização. As alterações são de cunho jurídico e cinge-se ao cumprimento ou não das normas editalícias por parte da empresa BONFIM. E, neste passo, quero crer, que não.

Com efeito, sem embargo aos argumentos expendidos pela recorrida, observa-se que ela não cumprira as exigências contidas no edital, deixando, dessarte, de juntar documentos essenciais à justa que, indubitavelmente, comprometem o princípio da competitividade; deixando, de apresentar suas credenciais técnicas, conquanto aduzindo tê-las anexado no SICAF, extrapolando, dessarte, a tese do princípio do formalismo moderado, e caracterizando, a rigor, deliberado descumprimento ao instrumento convocatório, dando azo, no futuro, suscitarem-se pelos órgãos de controles severas dúvidas quanto à imparcialidade da Administração nesta licitação.

À obediência ao instrumento convocatório é condição *sine qua non* para disciplinar a contratação. Resta evidente que a impugnada deixara de cumprir as exigências editalícias, sendo, pois, os recursos interpostos pelas empresas ASTATO, MEDICAL e R. MIRANDA aceitáveis, haja vista que a adequação ao edital é fator preponderante ao processo licitatório de acordo com a Lei n.º 14.133/2021, a exemplo do que também ocorria na lei revogada.



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

C.G.C. 29.063.294/0001-82

Rua: Nossa Sr.ª das Graças, n.º 235, São Geraldo - Tel.: (24)3348-4412

Fax: (24)3342-4030 Volta Redonda-R.J.

E-mail: sah@hsjb.org.br

www.hsjb.org.br

O princípio da instrumentalidade da forma é expediente processual, que, salvo ledo engano, não se aplica à lei de licitações, e ainda que, porventura, empregado não justificaria *in casu* a falta de atenção demonstrada e o desrespeito ao edital.

Neste passo, é de bom alvitre lembrar que o edital é elemento fundamental do procedimento licitatório, sendo ele que fixa as condições de realização da licitação, determinando o objeto da disputa e discriminando, de igual modo, as garantias e os deveres de ambas as partes; regulando, em suma, todo o certame.

A terceira impugnação protagonizada pela empresa R. MIRANDA destoa das demais e aborda o item 5.6 que infere sobre o critério de localização. Não observa, entretanto, que fora publicado no Portal VR e no COMPRASNET uma errata retirando do edital a exigência das licitantes estarem localizadas dentro de um raio de 120 km de Volta Redonda/RJ. Portanto, nada a prover, neste caso.

Assim, ante o exposto, considerando que existem irregularidades no tocante ao cumprimento dos requisitos editalícios por parte da recorrida, opinamos, salvo melhor juízo, em consonância com o julgamento dos recursos formalizados pela Pregoeira, pela procedência das duas primeiras impugnações no sentido de desclassificar a empresa BONFIM E ARRUDA LTDA. E, no que tange a terceira impugnante declarar a improcedência do seu recurso, visto que se trata de matéria vencida em consequência da errata publicada no dia 10/02/2025.

Dê-se ciência de todo o processado aos interessados.

Volta Redonda, 25 de fevereiro de 2025.

Marco Aurélio Moreira Guimarães

Assessoria Jurídica SAHVR/HSJB

Mat. n.º 21.963

OAB/RJ-046.869